



46
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 260063-9/01

Agravante: Município da Vitória de Santo Antão -PE

Procurador: Daniel Holanda de Oliveira

Agravado(s): Severino Rodrigues da Silva

Advogado: Creodon Tenório Maciel

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. VERBAS SALARIAIS ATRASADAS. ÔNUS DA PROVA DOS FATOS MODIFICATIVOS, EXTINTIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO É DO RÉU, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DO ADIMPLEMENTO. JUROS MORATÓRIOS. DEMANDA INTENTADA APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180/01 E ANTES DA LEI Nº 11.960/09. JUROS FIXADOS EM 6% AO ANO ATÉ O ADVENTO DA LEI Nº 11.960/09, APLICANDO-SE A PARTIR DE ENTÃO OS ÍNDICES DA CADERNETA DE POUPANÇA. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1 – Proferido o julgamento, por esta Câmara de Direito Público, pelo improvimento do recurso de agravo, foi interposto Recurso Especial pelo Município, sendo oportunizada novamente a retratação.

2- Quanto à condenação ao pagamento das verbas trabalhistas, não há que se falar em natureza indenizatória, conforme pretendeu induzir o município recorrente, pois estas são verbas salariais devidas como contraprestação dos trabalhos realizados. Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de seus funcionários, em evidente enriquecimento ilícito.

3- Quanto ao percentual fixado a título de juros moratórios, merece reforma a decisão recorrida, devendo



47
JP

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

prevalecer o entendimento consagrado no REsp nº 1.205.946/SP. Neste contexto, considerando que a presente demanda foi intentada em 29/05/2009, portanto, antes da entrada em vigor da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, deve ser aplicado o disposto na Medida Provisória nº 2.180/01, que fixa os juros moratórios, nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública, no patamar de 6% (seis por cento) ao ano até **28/06/2009**, data anterior a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09. A partir de então, por sua vez, deve-se aplicar os índices da caderneta de poupança, nos termos preconizados pelo aresto colacionado.

- 4- Recurso de Agravo provido parcialmente.
- 5- Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 260063-9/01, em que figura como agravante o Município da Vitória de Santo Antão - PE e como agravado Severino Rodrigues da Silva.

Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 02/05/2013 à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para dar-lhe provimento parcial, tudo na conformidade dos Votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 02/05/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



48
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 260063-9/01

Agravante: Município da Vitória de Santo Antão -PE

Procurador: Daniel Holanda de Oliveira

Agravado(s): Severino Rodrigues da Silva

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível em apenso, que, com base no art. 557, *caput* do CPC negou seguimento ao apelo, mantendo a sentença que condenou o município no pagamento das verbas salariais atrasadas.

O Município sustentou que o recorrido não faz *jus* à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal nº 2.861/01, a qual regulamenta os contratos temporários.

Acrescentou, por fim, que merece reforma o percentual fixado a título de juros de mora, a saber 1%(um por cento) ao mês, devendo ser aplicados os índices da poupança.

Proferido o julgamento, por esta Câmara de Direito Público, pelo improvimento do recurso de agravo, foi interposto Recurso Especial pelo Município, o qual alegou que no julgamento do REsp nº 1.205.946/SP, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, o STJ firmou entendimento no sentido de que os juros de mora e a correção monetária possuem natureza eminentemente processual, razão pela qual as alterações do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, introduzidas pela MP nº 2.180-35/01 e pela Lei nº 11.960/09, têm aplicação imediata aos processos em curso.

Encaminhados os autos ao Desembargador Vice-Presidente, foi proferido despacho às fls. 40/41, determinando-se o retorno dos autos a esta Relatoria para possibilitar a retratação, pelo que submeto o feito ao julgamento desta Câmara.

É o relatório.

Recife, 02/05/2015

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator



119
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 260063-9/01

Agravante: Município da Vitória de Santo Antão -PE

Procurador: Daniel Holanda de Oliveira

Agravado(s): Severino Rodrigues da Silva

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Trata-se, como visto, de recurso de agravo, em que o Recorrente se insurge contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível em apenso, que, com base no art. 557, *caput* do CPC negou seguimento ao apelo, mantendo a sentença que condenou o município no pagamento das verbas salariais atrasadas.

Observo que, de fato, merece reforma a decisão recorrida, no tocante ao índice aplicado a título de juros moratórios, devendo prevalecer o entendimento consagrado no REsp nº 1.205.946/SP, *in verbis*:

"(...)2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência. 3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso. 4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente".

Neste contexto, considerando que a presente demanda foi intentada em 29/05/2009, portanto, antes da entrada em vigor da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, tenho que deve ser aplicado o disposto na Medida Provisória nº 2.180/01, que fixa os juros moratórios, nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública, no patamar de 6% (seis por cento) ao ano até **28/06/2009**, data anterior a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09. A partir de então,



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

por sua vez, deve-se aplicar os índices da caderneta de poupança, nos termos preconizados pelo aresto colacionado.

Quanto ao mérito, não merece qualquer reparo a decisão recorrida, visto que não há que se falar em verbas indenizatórias, conforme pretendeu induzir o município recorrente, pois estas são verbas salariais devidas como contraprestação dos trabalhos realizados.

Em verdade, o não pagamento de tais verbas importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, e não possui qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de trabalho de seus funcionários, em evidente enriquecimento ilícito.

Neste contexto, cabia ao município, apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, a fim de se desincumbir da obrigação. Vale dizer, a teor do art. 333, II, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas salariais reclamadas, em face do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.

A orientação da jurisprudência desta Corte de Justiça está há muito firmada neste sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR MUNICIPAL REQUERENDO VERBAS IMPAGAS. SENTENÇA IMPROCEDENTE. APELAÇÃO. MUNICÍPIO NÃO COMPROVA PAGAMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. UNANIMEMENTE FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, PARA REFORMAR IN TOTUM A SENTENÇA. HONORÁRIOS EM 10% (DEZ POR CENTO).1 - **Servidor público municipal que exerce cargo de motorista, requerendo verbas salariais impagas pela prefeitura, no período de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1996, mais o 13º salário do mesmo ano.** 2 - **A Municipalidade tem toda a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovem suas alegações, contudo, nenhum documento hábil a atestar a veracidade dos fatos relatados foi colacionado ao processo;**4 - Por unanimidade, deu-se provimento ao Recurso de apelação, no sentido de reformar totalmente a sentença, para que sejam pagas as verbas salariais referentes aos meses de setembro a dezembro de 1996, incluindo o 13º salário, bem como custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) obedecendo o disposto nos §§



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3º e 4º do art. 20 do CPC, tudo, com suas correções legais (AC 152793-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, DJ 16/09/2008). (Grifei).

AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS. DÉCIMO-TERCEIRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. PAGAMENTO DEVIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.1. **O salário do servidor tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente, no cumprimento dessa obrigação, cabe o ônus de demonstrar, através de documentação idônea, que pagou ao servidor o salário a que faz jus, de acordo com a norma constitucional.**2. Evidenciada, in casu, a inadimplência do recorrente, afigura-se acertada a condenação do Município de Panelas ao pagamento dos vencimentos do autor/recorrido, referente aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 1996 e do respectivo 13º salário, juntamente com as férias e a última parcela do 13º salário referentes ao ano de 1998, uma vez que o recebimento das aludidas verbas remuneratórias devidas em razão do trabalho prestado pela autor/recorrido à Administração Municipal configura-se direito constitucionalmente garantido ao servidor público, por força do disposto no art. 7º c/c art. 39 § 3º da Carta Maior. Precedentes neste Tribunal.3. Recurso de Agravo a que se nega provimento.4. Decisão unânime (RA 135620-3/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 12/02/2008). (Grifei).

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. Ação Ordinária de Cobrança. 13º Salário e Férias. Indenização por ano de serviço prestado. Impossibilidade. Mora configurada. Apelo improvido à unanimidade. 1. **É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas constitucionalmente.** 2. O pagamento de indenização por ano de serviço prestado a servidor destituído de cargo comissionado é incompatível com o art. 37, II, da CF. 3. **Não tendo realizado prova contrária do alegado patente se faz a mora por parte do Município apelante.** 4. Apelo improvido. 5. Decisão unânime (AC 156831-6, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 08/05/2008) - (Grifei).

Tal entendimento, por decorrência lógica, aplica-se também aos servidores ocupantes de cargos em comissão e, guardadas as devidas proporções, aos trabalhadores com vínculo de emprego com a administração pública.

Diante do exposto, dou provimento parcial ao presente recurso de agravo, apenas para determinar que o percentual de juros moratórios deve ser de 0,5% (meio por cento) ao mês até



52
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

28/06/2009, data anterior a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09, incidindo, a partir de então, os índices da caderneta de poupança.

É o voto.

Recife, 02/05/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator